

Acta nº 3/2001

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano dois mil e um, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividades e Situação Financeira da Autarquia;
2. Proposta de atribuição do abono de despesas de Representação ao Pessoal Dirigente da Câmara Municipal;
3. Barrosana, EM – Estatutos – Rectificação – Proposta;
4. Empréstimo de 40.542 contos para investimento – Recurso ao crédito propostas(alínea d), nº 2 e nº 7, do artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 5, do artº 23º, da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto);
5. Financiamento de longo prazo para acorrer aos prejuízos causados pelas intempéries de Novembro/2000Janeiro de 2001, ao abrigo do Dec-Lei nº 38-C/2001, de 8 de Fevereiro Recurso ao Crédito – propostas alínea d), nº 2 e nº 7, do Artº 53, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 5, do artº 23º, da Lei nº 42/99, de 6 de Agosto;
6. Regulamento de Transporte Público de Aluguer de Veículos de Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em táxis do Município de Montalegre;
7. Revisão do PDM;
8. Contrato de Concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão;
9. Isenção de Tarifa de mudança de Contador;
10. Regulamento de Taxas e Licenças.

Registando-se quorum, estiveram presentes cinquenta e oito membros. Não compareceram à chamada os deputados Alvarino Gonçalves Lavrado, José David Freitas Rebelo, José Carlos Fonseca Gomes, João Gonçalves Surreira, Maria de Fátima Pereira Fernandes, José Ventura Dourado Coelho, António Eduardo Morais Batista dos Santos, António Miranda Dias Vieira, António Gregório Azevedo Dias, José Oliveira Martins Coelho e João Batista Verde. O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e informou que o deputado Alvarino Gonçalves Lavrado renunciou ao mandato e irá ser substituído pelo deputado Amadeu Pereira. Devido à ausência do 2º Secretário, o Presidente da Assembleia chamou para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

Foi posta à consideração a acta da sessão ordinária nº 2/2001 e a acta da sessão extraordinária nº 1/2001. Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Guilhermina Costa, Joaquim Leitão, Domingos Santos e Rogério Borrallheiro.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que na última sessão ordinária referiu que tinha ficado triste pela forma como o Senhor Presidente da Câmara tinha tratado as gentes de S. Lourenço e de Pondras.

A deputada Guilhermina Costa pediu a seguinte rectificação da sua intervenção registada na acta da sessão ordinária, na página 8 “A actuação do Senhor Presidente da

Câmara fazia lembrar o recente fenómeno Zé Cabra onde o ridículo, inculto e absurdo era aplaudido”.

O deputado Joaquim Leitão disse que na acta consta a sua intervenção, mas não consta a resposta do senhor Presidente da Câmara que tinha dito que foram transferidos para os cofres da Junta de Freguesia de Meixide 10 mil contos.

O deputado Rogério Borralheiro apresentou por escrito à Mesa da Assembleia as seguintes alterações:

“Acta nº 1/2001

Pág. 4 – linha 25 e seguintes

A propósito do Matadouro Municipal, no plano estratégico, há toda a conveniência que os concelhos se entendam através dos seus representantes legais de modo a promover o entendimento naquilo que pode promover o desenvolvimento económico com o recurso ao menor investimento. A título de exemplo foi referido a realização da Agro-Barroso e mesmo o Sr. Presidente da Câmara deu o exemplo da Escola de Enfermagem de Chaves. Disse ainda que haveria todo o interesse em promover mais empreendimentos do género, não permitindo que as divergências pessoais fossem obstáculo, competindo aos titulares dos cargos políticos impor o que melhor serve o concelho. E porque a referência feita aos Engenheiros Justo e Albano pode revelar interferência desta Assembleia, por parte de um dos seus membros, o que de facto não é essa, nem foi a minha posição, pelo que longe de mim querer interferir na autonomia que cabe a cada um nas empresas que dirige. De resto as suas obras falam pelo passado do Engº Justo que tem obtido sucesso nas ideias que concretiza.” Assina Rogério Borralheiro

“Acta nº 2/2001

Pág. 10

Diz a acta que eu era a favor da pista e contra o saneamento em Lodeiro D’Arque. O que eu disse é que acreditava que o Sr. Presidente tivesse dito à Comunicação Social (SIC) que não podia construir saneamentos em todas as aldeias até porque em algumas não se justificava, sobretudo naquelas em que viviam muitas poucas pessoas. Disse também que concordava com esta ideia, mas não disse que era a favor da pista e contra o saneamento em Lodeiro D’Arque.” Assina Rogério Borralheiro

O deputado Domingos Santos falou sobre as transferências para a Junta de Freguesia de Meixide e disse que aquilo que foi transferido foi uma verba de 750 contos.

Postas a votação, a acta nº 2/2001 foi aprovada por maioria com um voto contra e uma abstenção e a acta nº 1/2001 foi aprovada por maioria com duas abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu e foi autorizado, por unanimidade, o agendamento dos pontos 9 e 10 , Isenção de tarifa de mudança de contador e Regulamento de Taxas e Licenças, respectivamente.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Manuel Rodrigues dos Santos, Domingos Vasconcelos, Ricardo Moura, Guilhermina Costa, António Ferreira, Fernando Calvão, José Rodrigues, Domingos Vasconcelos, Rogério Borrallheiro e Duarte Calhelha.

O deputado Acácio Gonçalves disse que ficou admirado pela forma como a Feira da Vitela vai ser representada. Não cabe na cabeça de ninguém que sejam os Bombeiros e o Clube a explorar dois dos espaços reservados à restauração. Na sua opinião a Feira da Vitela deve dar uma boa imagem da gastronomia da região. Apresentou ainda o seguinte protesto/reclamação:

“Acácio da Silva Gonçalves, representante nesta Assembleia do Partido Popular, vem, mais uma vez, protestar contra a forma como a Câmara Municipal vem tratando este partido no que concerne ao “estatuto do direito de oposição”, pelo seguinte motivo:

1º Os critérios da deliberação desta Câmara na escolha dos três administradores (Nuno Pereira, António Cascais e Nuno Moreira) para a empresa municipal Barrosana, foi muito infeliz, afastando dessa administração antidemocraticamente o partido que eu represento, atrevido-se mesmo a substituir esse nosso representante por direito por um ilustre desconhecido (Nuno Moreira) que ocupará esse cargo contra o direito de intervenção e presença que a Lei 24/98 de 26 de Maio prevê e a Lei 169/99 de 18 de Setembro obriga a executar, cometendo para o Presidente da C.M.M. (al.v do nº 1 do artº 68º) a responsabilidade pelo seu cumprimento.

2º Como partido que somos, com muitos ou poucos votos, mas com votos suficientes para ter a sua representatividade nesta Assembleia, órgão deliberativo da autarquia, não poderemos pactuar com essa nomeação que certamente deverá ter vindo do saudosismo marxista que acalenta a maioria da CMM com uma social democracia na via socialista, da ala do PSD, sempre à espera da porta entreaberta para penetrarem pela surdina.

3º Se o executivo pretendia a escolha da maioria, a deliberação recairia em três administradores ligados ao partido, caso aconselhável, já que tão defensores são na constituição do Executivo camarário por escolha do Presidente; caso contrário, se optassem pela transparência, como seria o mais correcto, evitando assim ferir susceptibilidade, então não teriam alternativas e chamariam três administradores indicados pelos três partidos representados nos órgãos da autarquia.

Montalegre, 25 de Junho de 2001”, Assina Acácio Gonçalves

O deputado Manuel Rodrigues dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Perdizes, sobre a polémica gerada em torno da abertura de uma farmácia no concelho, referiu que é contra o posto que está a funcionar em Vilar de Perdizes pela forma como está a prestar os serviços à população. Admitiu que o abaixo-assinado que circulou foi feito por ele e tem como único objectivo que o proprietário do posto o ponha a funcionar em condições porque vender medicamentos não é a mesma coisa que vender batatas. Terminou, referindo que na sua freguesia já se justifica uma farmácia porque a população está envelhecida.

O deputado Domingos Vasconcelos pediu esclarecimentos sobre as idas do funcionário José Avelino à rádio, durante as horas de serviço, para debates políticos. Em relação à

estrada de Paradela do Rio, disse que as obras estão a decorrer a um ritmo muito lento e sem orgânica e que para uma obra tão grande só lá anda um camião e uma máquina.

O deputado Ricardo Moura disse que se trazem assuntos para a Assembleia muito mesquinhos e que alguns deles devem ser tratados e resolvidos na aldeia. Acha bem que Vilar de Perdizes reclame uma farmácia, assim como Cabril, Salto, etc. mas o INFARMED só autoriza a abertura de uma farmácia e o sítio ideal é em frente ao Centro de Saúde.

A deputada Guilhermina Costa disse que o repórter do Correio do Planalto deve estar mais atento ao que se passa na Assembleia para não mandar para o jornal coisas que não se passam. Pediu à Câmara um relatório do trabalho realizado pela D. Maria do Céu Soares. Perguntou se a casa que está a ser construída no alto da Venda Nova está licenciada ou não.

O deputado António Ferreira disse que a Câmara, em relação à abertura da farmácia, se pronunciou favoravelmente e que indicou como local propício para a sua instalação junto ao Centro de Saúde onde todas as pessoas têm acesso. Disse ainda que agradecia que o Presidente da Câmara prestasse esclarecimentos sobre as despesas de representação e perguntou se os elementos do PSD irão estar presentes na prova gastronómica.

O deputado Fernando Calvão, sobre a crítica feita pelos deputados do PS, pensa que as pessoas trazem para a Assembleia aquilo que acham importante. Sabe que a estrada da Fronteira não foi projectada para o tráfego que tem actualmente e que precisa de uma reparação urgente. Falou do problema de saneamento que existe no rio Cávado e que é urgente resolver já que as pessoas insistem em ir para lá.

O deputado José Rodrigues prescindiu da palavra.

O deputado José Domingos dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Meixide, disse que, em relação à instalação da farmácia, só critica pela forma como as coisas foram feitas. Afirmou que o abaixo-assinado que passou na sua freguesia nunca lhe chegou às mãos. Disse ainda que quando fala, fala com fundamento e que outras pessoas não o fazem assim.

O deputado Rogério Borralheiro, em relação à prova gastronómica, disse que tinha recebido um convite, nem sempre tem podido estar presente e o evento mais recente em que esteve presente foi no Feriado Municipal. Não lhe agradou o comentário do deputado António Ferreira porque as pessoas podem sentir-se constrangidas, em participar naquilo para que são convidadas. Registou com agrado o número de associações existentes no concelho que foram agraciadas no 09 de Junho, disse que ficou o gesto e que não deixou de ser interessante. Disse ainda que está a ser elaborado um jantar em homenagem ao Senhor Presidente da Câmara e pediu que se desmarcasse da iniciativa porque está-se a viver um momento perigoso – As eleições Autárquicas - No entanto referiu que esta era a sua opinião pessoal e que o Senhor Presidente fará aquilo que entender. Falou das obras da EN 103 junto a Rendufinho e disse que nunca mais terminam, apesar de terem começado antes da construção da Ponte Vasco da Gama. Isto é mais uma prova em como somos considerados a periferia. Falou ainda do orçamento rectificativo que o Governo teve que implementar e duas grandes medidas

vão recair sobre as transferências para as autarquias e para a função pública e o município de Montalegre irá ser atingido.

O deputado Duarte Calhela disse que quando ouviu a entrevista que o candidato à Câmara do PSD deu à rádio se fartou de rir e no decorrer da intervenção pareceu-lhe que a Câmara era o céu e que era muito fácil entrar. Disse que queria ser líder, mas já o foi na Zona Agrária e o que temos hoje é uma instituição na falência. Disse ainda que o candidato do PSD não vai andar de jeep, nem de BMW porque não vai ganhar a Câmara. Disse ainda que o candidato não falou na agricultura porque teve medo de mostrar o fracasso e se ele quer tanto ser Presidente da Câmara de Montalegre perguntou porque é que concorreu para Miranda. Sobre a intervenção do deputado Rogério Borrallheiro disse que foi despropositada e que a Câmara tem tirado proveitos deste governo e informou que foram assinados protocolos e financiamentos para as estradas 103 e 308. Deu os parabéns à Câmara por ter conseguido mais financiamentos e disse que Montalegre em vez de levar cinco autocarros aos Congressos do PS deve levar dez ou doze. Terminou a sua intervenção apresentando a seguinte proposta:

“Proposta Generalizada: “Cartão Jovem Municipal”

Sr. Presidente,

Sr. Presidente da Câmara, Srs Vereadores e caros deputados:

Tem havido um empenhamento forte e uma visão audaz e futurista por parte dos órgãos executivos desta Câmara, como sabemos, para que Montalegre, com o decorrer dos tempos, se tenha afirmado na Região e consequentemente no País. Podemos vangloriar-nos e orgulharmo-nos do Montalegre de hoje, que é sem dúvida melhor que o de ontem. Mais desenvolvido, mais conhecido, mais visitado e como sempre, natural e puro!

Se assim não fosse, não faria sentido esta minha intervenção e posterior apresentação de uma proposta, pois não teríamos as condições mínimas necessárias para a apresentação da mesma.

Por outro lado, precisamos de todos os catalisadores que influenciem mais desenvolvimento e se faça a articulação do já existente. Precisamos de uma política objectiva, que vá de encontro aos jovens, que zele pelos seus interesses e fixe a juventude à sua terra. Precisamos que os jovens se divirtam saudavelmente e se sintam influenciados para tal, assim como não sejam esquecidos na política de habitação, emprego e lazer.

Temos de mostrar que em Montalegre a juventude tem condições para se divertir e possui um habitat magnífico e saudável, para que possa ser visitado durante todo o ano e por jovens de todo o País, abrindo desta forma mais uma porta para o desenvolvimento e para o Turismo.

Assim sendo, proponho à Câmara, nesta Assembleia, a criação do Cartão Jovem Municipal de Montalegre.

Proponho que se façam estudos especializados através de empresas vocacionadas para o efeito, por forma a que este “Projecto”, em que acredito, tenha o maior sucesso possível e satisfaça dois objectivos essenciais:

1º - Benefício dos Jovens

2º - Informação e Publicidade do Concelho

1º BENEFÍCIO DOS JOVENS

1.1. Através da Autarquia

Para Jovens em Idade escolar:

- Piscinas
- Pista Automóvel
- Concertos ou eventos promovidos pela Câmara
- Zonas de lazer e turismo onde a Câmara esteja envolvida
Barcos de recreio, Turismo em Habitação, etc.
- Outros

Para Jovens em Idade de “Formar Família”:

- Descontos em licenças para a Habitação
- Descontos para licenças para instalação da 1ª empresa, construções agrícolas, pequenas indústrias, aposta no Turismo, etc.
- Descontos na compra de terrenos municipalizados, para construção de habitação ou 1ª empresa, de forma a incentivar que os nossos jovens emigrantes ou não se fixem na sua terra.

Para todos os Jovens:

- Descontos nas licenças de Pesca
- “ “ Caça
- “ “ para motociclos
- Outros

1.2 – Através de entidades particulares

- Descontos no alojamento
Hotel, Motel
Albergarias
Residenciais
- Descontos na alimentação
Restaurantes
Pastelarias
- Descontos nos mais variados serviços a que temos acesso
Vestuário
Mecânica Auto
Discotecas, Pub(s)

2º INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE:

Elaboração de um cartão que identifique cada jovem aderente no acto de solicitar desconto, como também servirá de informação e estatística para o Município.

Criação de um livro que sirva de guia para cada jovem aderente e o informe acerca dos mais variados temas a respeito do concelho, por exemplo:

- Lista de números mais importantes em caso de urgência e não só.
- Roteiro turístico
- Eventos Municipais
 - . Feira do Fumeiro
 - . Feira da Vitela
 - . Festas do concelho
 - . Provas de Automobilismo
 - . Associações de Juventude existentes
 - . Provas de parapente
 - . etc
- Restaurantes

- Alojamento
- Bares e Discotecas
- Etc.

Quem paga estes serviços? (informação e publicidade)

Obviamente que serão as pessoas que queiram publicitar os seus serviços no livro, como Restaurantes, Hotel, Residenciais, comerciantes, aos preços de mercado vigentes para uma publicidade deste tipo, podendo ser abatido, uma vez que também estarão a contribuir com descontos para os jovens.

O Cartão deve ter um custo simbólico de 1000\$00, ou o preço que se achar adequado, por forma a não constituir nenhuma barreira, a exemplo do Cartão Jovem Nacional.

Em suma:

É uma proposta que vem de encontro a muitas necessidades que diariamente são debatidas em prol do desenvolvimento do concelho e qualidade de vida das (Jovens) populações e sairemos todos beneficiados.”

2001.06.25, Assina Duarte Calhelha.

Findas as intervenções inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Acácio Gonçalves, Manuel dos Santos, Guilhermina Costa, Ricardo Moura, Rogério Borrallheiro e José Rodrigues.

O deputado Acácio Gonçalves agradeceu o elogio feito pelo deputado Rogério Borrallheiro embora o dispensasse e disse que como fiscal não tem tachos, trabalha muito e é um funcionário produtivo.

O deputado José Rodrigues disse que a farmácia de Vilar de Perdizes não é para a família dos Rito, só exigem é que ela funcione. Sobre o cartão jovem, disse que o deputado Duarte Calhelha devia ter falado nele enquanto foi líder da JS e não dizer sempre que sim.

A deputada Guilhermina Costa estranhou a intervenção dos deputados do PS já que vêm à Assembleia fazer campanha eleitoral. Falam do Engº Adelino, que nem sequer está presente na sessão. Disse que o deputado Duarte Calhelha, além de mal formado, é mal informado porque o Engº Adelino não concorreu para Mirandela, foi sim convidado e que se a Zona Agrária está na falência é porque o governo não lhe atribui verbas.

O deputado Ricardo Moura disse que o recado que o deputado Fernando Calvão lhe deu poderia tê-lo dado em particular e sobre aquilo que falou não disse nada de novo. Ao deputado Rogério Borrallheiro disse que, quando fala, fala bem e todos gostam de o ouvir porque veio animar a Assembleia que às vezes mais parecia um mortuário.

O deputado Rogério Borrallheiro disse que gosta de ouvir o deputado Acácio Gonçalves e os direitos que reivindica, só não aprecia o facto de ele encostar o PS ao PSD. Disse ao deputado Duarte Calhelha que guardasse religiosamente o discurso que tinha feito porque daqui a uns anos vai ver que lhe falta informação porque quem lha forneceu não forneceu tudo.

Findos os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia disse que a proposta apresentada pelo deputado Duarte Calhelha será tida como sugestão.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes que disse que os restaurantes não foram excluídos de participar na Feira da Vitela. Foram chamado à Câmara e quatro deles disseram logo que não estavam interessados. Os Bombeiros e o Clube já participaram noutros eventos e deram provas de que são capazes. Sobre as nomeações do Conselho de Administração da Barrosana disse que a Câmara nomeia quem quiser e quis que fossem dois vereadores e um funcionário. Não existe nenhuma incorrecção, nenhuma ilegalidade nem nenhuma falta de respeito. Sobre a farmácia de Vilar de Perdizes leu o que foi transcrito na acta do Executivo Municipal, decisão essa que foi tomada por unanimidade. Acrescentou dizendo que o que se passa com a farmácia é um aproveitamento político e partidário do assunto, mas não há mal nenhum nisso. Agora o que o PSD quer é ficar de bem com Deus e com o Diabo. Disse que não tinha duas caras como o PSD e que pensa que a farmácia fica melhor em frente ao Centro de Saúde porque serve o concelho todo. Disse que tem a certeza que com esta decisão defende os interesses do concelho e que aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Perdizes fez ainda se tolera, aquilo que fez o PSD é uma vergonha. Em relação à participação de funcionários na rádio, só é permitida fora do horário de serviço, mas garantiu que se existem funcionários bons na Câmara, um deles é o José Avelino e talvez isso melindre alguns. Sobre a estrada de Paradela, não há qualquer tentativa em retardá-la porque é uma obra candidata aos fundos comunitários e se não for feita perdem-se os apoios. Sobre o licenciamento da moradia no alto da Venda Nova, disse não possuir no momento a informação, mas que ia saber o que se passava. Sobre as despesas de representação pensou que havia pudor por parte do PSD e que depois das explicações que foram dadas que teriam sido aceites. É demagógico dizer que o Presidente da Câmara gastou 12 mil contos em jantares. E alertou dizendo que isso poderia um dia virar-se contra o PSD. De seguida o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma lista de despesas que faziam parte da rubrica “despesas de representação” e disse que o PSD devia ter vergonha em falar de questões de Estado porque revelar algumas despesas cria melindres em convidados e prejudica a imagem da Câmara e a idoneidade dos políticos. Relativamente à estrada da Fronteira, já tinha dito que irá ser intervencionada e manteve-o. Sobre a poluição do rio Cávado, disse que não há esgoto a descarregar para lá que isso poderá acontecer em momentos de cheia, e que a poluição que lá existe é mais grave, por isso pediu que toda a gente a denunciasse. Relativamente à questão do deputado Rogério Borrallheiro disse que se o almoço que estão a tentar promover causa incómodo ao PSD, então não via razão nenhuma para reconsiderar. Quem deveria reconsiderar era o Dr. Rogério. Sobre as obras da EN 103 em Rendufinho, disse que existe um problema de expropriações que são da responsabilidade da JAE. Esta instituição não gosta de fazer as expropriações e quando as faz retarda-as muito. Disse ainda que esta obra não começou antes da Ponte Vasco da Gama, como se pode ver nas placas. Deu os parabéns ao deputado Duarte Calhelha, não só pela simpatia política, mas também por ter sido eleito presidente da distrital da JS. Referiu que o Governo não está a fazer favor nenhum a Montalegre, está sim a fazer justiça e a fazer aquilo que outros governos não fizeram. Sobre as questões levantadas pelo Engº Adelino disse que aquilo que tem para lhe dizer não o manda dizer por ninguém di-lo cara a cara. Disse sobre os comentários da Drª Guilhermina, que pensava que os concursos eram voluntários e não que as pessoas fossem convidadas a concorrer. Nunca referiu que ia ser feita a variante a Ruivães, disse que sabe bem aquilo que diz e o que disse foi que se ia fazer a variante às Cerdeirinhas.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, pediram segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos, Guilhermina Costa, António Ferreira e Duarte Calhela.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que mais uma vez o Presidente da Câmara tem o descaramento de dizer na Assembleia que o funcionário José Avelino nunca fez nenhum depoimento à rádio em horas de serviço quando o PSD tem uma testemunha que esteve com ele na rádio, juntamente com deputada Guilhermina Costa. Sobre os carros do Eng^o Adelino, segundo lhe parece tem um BMW e sobre os apoios dados pelo governo parece-lhe que não vai dar mais porque tem os dias contados.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Presidente da Câmara não vai conseguir provar que o PSD tem duas caras como referiu. O Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Perdizes defendeu a sua bandeira, isso não quer dizer que a opinião do PSD seja de apoio à instalação da farmácia nessa freguesia. Disse ainda que quando falam em 14 mil contos de despesas de representação não estão incluídos os alojamentos.

O deputado António Ferreira disse que se há pessoas com duas caras, ele só tem uma e aquilo que diz na Assembleia di-lo em qualquer lado. Quando pediu ao Presidente da Câmara para ver aquilo que se passava foi em relação ao funcionário José Avelino.

O deputado Duarte Calhela não disse que a Zona Agrária está na falência, quem está na falência é a Quinta da Veiga que é uma empresa agrícola e está uma vergonha porque o Eng^o Adelino implementou medidas novas que levou à falência a Quinta da Zona Agrária. Disse que tem a certeza que se fosse explorada por um particular dava lucro.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes que disse que o Eng^o Adelino não tem só um BMW, tem três carros e ganha bem menos que ele próprio. Sobre a questão da farmácia, o PSD quer dizer ámen a todos. Disse ainda que não faz questão nenhuma em averiguar as saídas dos funcionários. Sobre as despesas de representação, 14 mil contos, de que falou a deputada Guilhermina Costa, disse que mentiu. Se não sabia, não devia ter falado. Só falou por maldade e para achincalhar. Mentiu voluntariamente. Disse que tinha os documentos para comprovar, para serem vistos por quem quiser. Informou ainda que a casa que está em construção no alto da Venda Nova está licenciada.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividades e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara explicou toda a actividade e situação financeira da Autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, António Ferreira e Amadeu Fortunas.

A deputada Guilhermina Costa pediu que a intervenção do Presidente da Câmara constasse da acta porque lhe chamou mentirosa e isso não vai ficar assim. Perguntou porque é que a piscina está com rachadelas se ainda nem sequer foi inaugurada.

O deputado António Ferreira disse que pelo relatório apresentado verifica-se uma grande capacidade de realização de obras. Houve um grande controlo da dívida pois ela diminuiu. Verifica-se ainda que a Câmara consegue diminuir em três meses a dívida de 700 mil contos para 300 mil contos. Se há grande volume de obras a dívida aumenta, se há menos volume de obras a dívida diminui, como se verificou este ano em que, devido ao mau tempo que se fez sentir, os trabalhos estiveram praticamente parados.

O deputado Amadeu Fortunas informou que a estrada de Paradela vai começar na próxima sexta-feira porque já foi para lá a cisterna.

Findas as intervenções, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes que esclareceu que a deputada Guilhermina Costa mentiu quando disse que a Câmara gastou 12 mil contos em almoços e jantares do Presidente e na segunda intervenção voltou a mentir, deliberadamente porque já tinha sido informada da origem de todas as despesas na Assembleia e que na rubrica de despesas de representação se incluem muitas despesas, incluindo o lanche da visita do Primeiro Ministro e que, portanto, não são almoços e jantares do Presidente como tinha dito essa senhora. Em relação à piscina, disse que está pronta, só falta ligar o gás, pintar por dentro e por fora e os arranjos exteriores. A obra contém alguns erros que foram descobertos pelos engenheiros da Câmara. Foi pedido ao empreiteiro que os solucionasse antes de ser pintada. Sobre a dívida, disse que ela diminuiu significativamente porque já entrou dinheiro na Câmara de obras que eram financiadas e que já estavam pagas e que ainda há mais para receber. Assegurou que quando iniciar o Parque de Exposições e os pacotes de obras 3 e 4 da rede viária, a dívida vai disparar novamente, mas não vão correr os riscos que o PSD quer fazer crer.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Proposta de Atribuição do abono de despesas de representação ao Pessoal Dirigente da Câmara Municipal

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou este ponto à Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Rogério Borralheiro e José Rodrigues.

O deputado Rogério Borralheiro perguntou porque é que a retroactividade é a partir de 01 de Junho e não a partir de 01 de Janeiro.

O deputado José Rodrigues perguntou quais as vantagens que esta alteração vai trazer.

Findas as intervenções, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes que disse que, uma vez que se tratam de questões financeiras, acharam que os retroactivos deviam ter efeito a partir de 01 de Junho. Disse ainda que esta alteração não traz vantagens nenhuma e que são feitas mediante os critérios de cada Câmara. Os dirigentes técnicos municipais têm também despesas de representação.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

3. Barrosana, EM – Estatutos – Rectificação – Proposta

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre este ponto.

Inscreveu-se para intervir a deputada Guilhermina Costa que disse que os estatutos da Barrosana são muito extensos e muitos dos artigos plagiam a lei geral. Perguntou quanto vai custar a publicação dos estatutos já que são bastante longos.

O Senhor Vereador Nuno Pereira, mandatado pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que a preocupação que teve a deputada Guilhermina Costa também ele a teve, mas também o preocupou que as pessoas compreendessem e soubessem aquilo que constava nos estatutos.

Deliberação: A proposta de rectificação dos Estatutos da Barrosana, EM foi aprovada por unanimidade.

4. Empréstimo de 40.542 contos para investimento – Recurso ao crédito propostas (alínea d), nº 2 e nº 7, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 5, do artº 23º, da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto)

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre este assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa acha bem que a Câmara aproveite os empréstimos e que os aplique na diminuição da dívida porque ela é impressionante.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o documento apresentado devia estar mais explícito porque não refere os investimentos que irão ser feitos. A Câmara vai pagar este empréstimo durante 20 anos. No seu entender é uma herança pesada para os vindouros e espera que os dinheiros do Estado não faltem.

O deputado António Ferreira disse que face aos objectivos com que o empréstimo vai ser feito pensa que deve ser contraído. Ironicamente, referiu que espera que o Presidente da Câmara não gaste os 40 mil contos em jantares.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que o empréstimo não é para diminuir a dívida. Talvez daqui a três meses a Câmara tenha 6 milhões de contos em obras e 25% desse dinheiro é suportado pela Câmara. Estes empréstimos funcionam como almofadas para começar algumas obras. Se esta Câmara deixar encargos para os vindouros, também deixa muita obra feita que de outra forma os presentes e os vindouros não teriam.

Deliberação: Aprovado por maioria com um voto contra.

5. Financiamento de longo prazo para acorrer aos prejuízos causados pelas intempéries de Novembro/2000/Janeiro de 2001 ao abrigo do Dec-Lei nº 38-C/2001, de 8 de Fevereiro Recurso ao Crédito – Propostas (alínea d), nº 2 e nº 7, do artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 5, do artº 23º, da Lei nº 42/99, de 06 de Agosto)

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Augusto de Medeiros.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não tem nada contra o pedido de empréstimo. Se o governo disponibiliza verba a fundo perdido porque é que não vem algum dinheiro para Montalegre?

O deputado Augusto Medeiros referiu que é contra todos os empréstimos que a Câmara faça porque, no tempo em que a Câmara era PSD, o actual Presidente da Câmara foi sempre contra quando a dívida era de 190 mil contos e ainda estava a cadeia por vender e outras verbas por receber, o que significa que a dívida era insignificante.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos intervenientes e referiu que todas as Câmaras fizeram relatórios dos prejuízos causados pelas intempéries. Montalegre não foi dos concelhos mais fustigados e mesmo assim apresentou um relatório de meio milhão de contos. Todos devem reconhecer que não foi uma das zonas mais afectadas pelo mau tempo. A dívida que se apurou quando o Dr. Pires tomou posse como Presidente da Câmara não era de 190 mil contos, mas sim de 500 mil contos e o FEF era insignificante relativamente ao de hoje. Se fizermos essa relação devemos muito menos agora, porque conseguimos receber muito mais e pagar, portanto, mais depressa.

O deputado Rogério Borralheiro pediu autorização para falar já que não estava inscrito e disse que discordava do seu amigo Augusto Medeiros porque ninguém gosta de dever nada a ninguém, mas se calhar é um mal necessário. A Câmara faz bem aproveitar a oportunidade que este empréstimo oferece e pagar outros que são mais caros.

Deliberação: Aprovado por maioria com um voto contra e uma abstenção.

6. Regulamento de Transporte Público de Aluguer de Veículos de Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxis do Município de Montalegre

O Senhor Presidente da Câmara explicou este ponto à Assembleia. Não houve inscrições.

Deliberação: O Regulamento foi aprovado por unanimidade.

7. Revisão do PDM

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José Rodrigues, António Araújo e Ricardo Moura.

O deputado José Rodrigues disse que gostou muito de ouvir a explicação dada pelo Presidente da Câmara mas faça-se o que se fizer a questão mais importante é fazê-lo cumprir. Quem ouve falar o Presidente da Câmara pensa que o PDM tem sido cumprido à risca. Acha bem que se reveja e parece-lhe que a promiscuidade tem sido elevada e que não se passe com o novo o que se tem passado com o actual.

O deputado António Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, disse que de facto existem determinados erros no PDM que devem ser corrigidos. Deu como exemplo uma das localidades da sua freguesia que é um pequeno aglomerado onde não é possível construir.

O deputado Ricardo Moura disse que o PDM não estava tão mal feito como muitos querem fazer crer. Apertou o cerco a muitos que queriam fazer casas em cada horta que possuíam. Disse que nos anos 70 houve muita migração e ficaram muitas casas ao abandono, constituindo pólos de lixo e de bichos, não se conseguindo manter as aldeias limpas. Em vez de se ampliar as aldeias para locais onde se não consegue levar a luz nem a água devia haver uma lei que obrigasse as pessoas a reconstruir ou a vender essas casas.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que não se admite que um autarca diga que o PDM não é para cumprir. Garantiu que o PDM é igual para todos e quem disser o contrário tem de o provar e dizer quando é que a Câmara fez a uns e não a outros. Informou que uma infracção ao PDM dá perda de mandato e o técnico, o vereador e o Presidente da Câmara são responsáveis. Não há meios termos, o PDM está na Câmara, está nos Ministérios e é sagrado e os autarcas devem sensibilizar as pessoas que é para ser cumprido. As ruínas que temos não têm nada a ver com o PDM. A Câmara pode demolir se o prédio estiver em ruínas, mas as pessoas não querem negociar, nem vender e isto acontece porque não pagam impostos e preferem ter o prédio em ruínas que sempre é uma recordação.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o deputado José Rodrigues pediu a palavra para mais alguns esclarecimentos e disse que o Senhor Presidente esteve ao seu nível, levantou a voz, exaltou-se e mais uma vez foi mal educado. O deputado referiu ainda que não é político profissional e não está minimamente interessado se o Presidente da Câmara perde o mandato. No espírito o PDM foi violado porque se construíram prédios de cinco andares quando só era permitido construir com três andares. Entretanto apareceram pareceres da Comissão de Coordenação da Região Norte e aí sim os prédios já podiam ter cinco andares.

O Senhor Presidente usou da palavra para dizer que não há só falta de educação, há ignorância por parte do deputado José Rodrigues. Disse que não recebe chamadas de atenção da pessoa que as fez. A Câmara não viola as regras, a Câmara cumpre-as. Referiu ainda que por ter dito que o PDM não foi violado e que é um documento rigoroso e igual para todos, como é que se é mal educado?

Deliberação: A revisão do PDM foi aprovada por unanimidade.

8. Contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

O Senhor Presidente esclareceu a Assembleia sobre este ponto. Não houve inscrições.

Deliberação: O Contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão foi aprovado por unanimidade.

9. Isenção da tarifa da mudança de contador de água

O Senhor Presidente da Câmara mandou o vereador Nuno Pereira para esclarecer este assunto que disse que a isenção da tarifa da mudança de contador de água tem a ver com a necessidade de haver mais controlo sobre o fornecimento de água.

Inscreveram-se para intervir os deputados Joaquim Leitão, Domingos Vasconcelos e António Ferreira.

O deputado Joaquim Leitão disse que está de acordo com aquilo que foi dito pelo vereador Nuno Pereira, mas esta decisão já devia ter sido tomada há 4 ou 5 anos. Perguntou como é que a Câmara vai resolver o problema dos emigrantes e pediu para que a freguesia de Meixide seja toda contemplada com contadores.

O deputado Domingos Vasconcelos louvou a iniciativa do senhor vereador e disse que os contadores da água devem ser retirados de dentro das casas e ser instalados em locais bem visíveis.

O deputado António Ferreira perguntou de quem é a responsabilidade de trazer o contador para fora das casas, se é a Câmara ou o proprietário e quem faz as obras de rebentamento e reposição.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra e disse que aquilo que se pretende é simplificar o processo administrativo e modernizar e esta alteração vai tocar a todos. Disse que existem situações mais complicadas, mas garantiu que os trabalhos estão a decorrer muito bem. A caixa, o contador e a sua manutenção são da responsabilidade dos utentes e quando rebentarem com o gelo as pessoas é que têm de pagar.

Deliberação: A isenção de tarifa da mudança de contador de água foi aprovada por unanimidade.

10. Regulamento de Taxas e Licenças

O Senhor Presidente da Câmara mandou o senhor Vereador Nuno Pereira para explicar este assunto que disse que este regulamento foi trazido à Assembleia para informação. Disse ainda que o próximo orçamento vai aparecer em euros.

Não houve inscrições.

A Assembleia tomou conhecimento.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida em voz alta a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

No prazo legal justificaram as suas faltas os deputados José David Freitas Rebelo, José Carlos Fonseca Gomes, João Gonçalves Surreira, Maria de Fátima Pereira Fernandes, António Miranda Dias Vieira, José Oliveira Martins Coelho e João Batista Verde.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário